



## AGENDA LEGISLATIVA

25 A 29 DE NOVEMBRO DE 2024

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Terça-feira (26/11)

**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS** / Anexo II, Plenário 05, 14h30

**PL 2141/2023** - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade. Item nº 4.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

**PL 606/2024** - Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela. Item nº 8.

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

**Parecer:** Pela rejeição.

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA** / Anexo II, Plenário 01, 14h30

**PL 2731/2020** - Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Item nº 26.

Autor: Marreca Filho (PRD/MA)

Relator: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), com subemenda.

**PL 705/2022** - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança. Item nº 29.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

**Parecer:** Pela rejeição.

**PL 1413/2023** - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário. Item nº 32.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / A Definir, 16h00**

**Audiência Pública - Tema:** O Novo Marco Regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD).

Convidados:

- Marta Wendel Abramo, secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC);
- Daniel de Aquino Ximenes, diretor de Regulação da Educação Superior do MEC;
- João Mattar, presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED);
- Elizabeth Regina Nunes Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- Bruno Coimbra, diretor-executivo do Brasil Educação;
- Luciana Maia Campos Machado, coordenadora do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMPESP);
- Esmeraldo Malheiros, consultor jurídico da Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AIMES);
- Ricardo Holz, representante da Associação Brasileira de Estudantes de Educação à Distância (ABE-EAD);
- Wilson Picler, representante da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação a Distância e Híbrida (AMED-HIBRI); e
- Zilmar Fernandes, representante Conselho Federal de Farmácia (CFF).

**Quarta-feira (27/11)**

---

**CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h30**

**Seminário - Tema:** Seminário - Soberania Digital.

Convidados:

- Eliana Cardoso Emediato Azambuja, diretora de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Marcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Ana Maria de Almeida Ribeiro, superintendente geral de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Nelson Pretto, professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Sergio Amadeu da Silveira, professor do Programa De Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC);
- Fernanda Bruno, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura do Instituto de Psicologia da UFRJ; e
- Ilara Hammerli Sozzi de Moraes, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

**CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 09h30**

**PL 474/2022** - Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S. Item nº 12.

Autor: Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

Relator: Jorge Solla (PT/BA)

**Parecer:** Pela rejeição.

**CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00**

**PL 386/2023** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade. Item nº 5.

Autor: Damares Alves

Relator: Sanderson (PL/RS)

**Parecer:** Pela aprovação.

**CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00**

**PL 5306/2020** - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos desses Fundos, para incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais; e dá outras providências. Item nº 5.

Explicação: autoriza o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com encargos, prazos e demais condições financeiras próprias, destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de startups.

Autor: Eduardo Braga

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela CINDRA, com subemenda.

**PL 2791/2022** - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Item nº 12.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e pela rejeição dos PLs 2.792/2022 e 2.791/2022.

**PL 514/2011** - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar. Item nº 16.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

**PL 4512/2020** - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento. Item nº 19.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e da Emenda 1/23 da CFT, com substitutivo.

**CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h00**

**PL 2853/2022** - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências. Item nº 10.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00**

**PL 760/2019** - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, com substitutivo.

**PL 587/2022** - Institui a Política Federal TI Verde, para promover a reutilização e reciclagem de computadores e acessórios descartados pelos órgãos públicos federais. Item nº 4.

Explicação: tem como objetivo promover o acondicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada de computadores e seus acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00**

**PL 2926/2024** - Institui o Programa Nacional de Tecnologia Assistiva para Idosos, com o objetivo de fornecer tecnologias que auxiliem idosos com limitações físicas ou cognitivas, melhorando sua qualidade de vida e independência. Item nº 7.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30**

**REQ 49/2024** - Requer a realização de audiência pública para discutir o PL 2.331/2022. Item nº 2.

Convidados:

- Daniel Jaber, Ator, Roteirista e Diretor da Cardume, plataforma de curtas;
- Juca Worcman, diretor do Canal Curta!;
- Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav);
- Manoel Rangel, Cineasta, ex- diretor presidente da Ancine; e
- Vera Zaverucha, Especialista em regulação audiovisual.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

**PL 1473/2023** - Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais. Item nº 9.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00**

**REQ 55/2024** - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta. Item nº 12.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

**PL 1507/2023** - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 21.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**PL 1954/2022** - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 34.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00**

**PL 2696/2021** - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suprimir a obrigatoriedade do Beneficiário de comprovação de vida junto ao INSS. Item nº 12.

Autor: Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

**Parecer:** Pela aprovação do PL 3334/2021, apensado, dos PLs 2129/2023, 2572/2023, 5841/2023, 1677/2024, e 4073/2023, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2696/2021, principal.



**CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 16h30**

**Audiência Pública - Tema:** Os impactos da reforma trabalhista após sete anos de sua vigência.

Convidados:

- Cláudio Mascarenhas Brandão, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Paulo Douglas Almeida de Moraes, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Antonio Ricardo Alvarez Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Luiz de Souza Arraes, primeiro-secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC);
- Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Adilson Gonçalves de Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Miguel Torres, presidente da Força Sindical;
- Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos (DIEESE);
- Adriana Araujo Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/UNICAMP); e
- Representante da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED).

**CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Anexo II, Plenário 04, 17h30**

**Reunião Técnica - Tema:** Experiências no enfrentamento à violência no ambiente escolar

Convidados:

- Pâmela Esteves, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
- Telma Vinha, Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Priscila Maria do Nascimento, Psicóloga e Gerente da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar da Secretaria de Educação do Espírito Santo;
- Josevanda Mendonça Franco, Dirigente Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro e Presidente da Undime Sergipe e região nordeste; e
- Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Quinta-feira (28/11)**

---

**CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00**

**Audiência Pública - Tema:** A situação das Agências Reguladoras.

Convidados:

- Fernando Haddad, ministro da Fazenda;
- Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Sandoval de Araújo Feitosa Neto, presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Carlos Manuel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- Antônio Barra Torres, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Rodolfo Saboia, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP);
- João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB);
- Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, presidente do Comitê das Agências Reguladoras Federais (COARF);
- Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE);
- Fábio Rosa, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS);
- Elson José da Silva, presidente da União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais (UNAREG);
- Vinícius Benevides, presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR);
- André de Seixas, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos de Transportes e da Logística Brasil (USUPPORT);
- Bárbara Rubim, vice-presidente de geração distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); e
- Representante do Instituto Combustível Legal (ICL).

**CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 15h00****Seminário - Tema:** Avanços recentes na Saúde Digital**Programação:****Mesa de abertura:**

- Dep Adriana Ventura;
- Dep. Flávia Moraes;
- Representante da SEDIGI (MS);
- Representante FUST (MCOM);
- Alexandre Taleb, Coordenador do núcleo de telemedicina e Telessaúde da UFG;

**Painel 1 - Financiamento e expansão do uso de tecnologias**

- Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha, Coordenadora da área de Tecnologias e Governos (FGVceapg);
- Artur Aguillar, representante do Instituto de Estudos de Políticas de Saúde (IEPS);
- Demi Getschko, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); Ministério da Educação;

**Painel 2 - Governança e capacitação de gestores e profissionais de saúde**

- Eliana Herzog, Conselheira de Administração e Consultiva, Advogada com atuação em Governança Corporativa, Compliance e Privacidade de Dados;
- Teresa Sacchetta - MD, MBA, PhD *in Health Informatics, Healthcare executive and Board member*;
- Beatriz Leão, Project Expert, Portfólio Digital, Compromisso Social, Hospital Sírio-Libanês;
- Heimar Marin (Alumni professor, Health and Nursing Informatics, UNIFESP);

**Painel 3 - Atualização regulatória frente a novas tecnologias e mudanças na jornada de tratamento**

- Teresa Gutierrez, Advogada especializada no tema;
- Representante da ABIMED; e
- Carlos Pedrotti, representante da entidade Saúde Digital Brasil.

**SENADO FEDERAL****Segunda-feira (25/11)****CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30****Audiência Pública - Tema:** Reforma Tributária e o Imposto Seletivo.

Convidados:

- Marcello Fragano Baird, coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde - representante de Mônica Andreis, diretora-presidente da ACT Promoção da Saúde;
- João Hamilton Rech, assessor e auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil - Representante de Bernard Appy, Secretário Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Felipe Renault, diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF);
- Marcos Aurélio P. Valadão, membro da Comissão de Reforma Tributária da OAB/DF;
- Luiza Machado, coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da FGV/SP;
- Rodrigo Marinho, representante do Instituto Livre Mercado (ILM);
- Viviana Santiago, diretora executiva da Oxfam Brasil;
- Rinaldo Mancin, diretor de relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) - representante de Raul Jungmann, Diretor-Presidente do IBRAM;
- Waldir Salvador, consultor institucional da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) - representante de José Fernando Aparecido de Oliveira, Presidente da AMIG;
- Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGás, Diretora Acadêmica da Associação Brasileira do Direito e Economia (ABDE);
- Roberto Hollanda, Diretor-Executivo da Bioenergia Brasil - representante de Mário Campos, Presidente da Bioenergia Brasil;
- Eric Brasil, Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) - representante de André Gelfi, Diretor-Presidente do IBJR;
- Plínio Augusto Lemos Jorge, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Eduardo Muniz Cavalcanti, Consultor da Associação Brasileira da Indústria de Fumo (ABIFUMO) - representante de Edimilson Alves, Diretor-Executivo da ABIFUMO;
- Victor Bicca Neto, diretor-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não alcoólicas (ABIR);
- José Eduardo Marcedo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD);
- Gilberto Tarantino, representante da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (ABRACERVA);

- Carlos Eduardo Cabral de Lima, presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC); e
- Márcio Maciel, presidente-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV).

### Terça-feira (26/11)

---

**CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

**PLC 134/2017** - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências". Item nº 2.

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Giuseppe Vecci

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

**Parecer:** Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

**CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

**PL 2440/2023** - Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências. Item nº 8.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

**Parecer:** Pela aprovação deste e pelo acolhimento da Emenda nº 2, com substitutivo.

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

**Audiência Pública - Tema:** Reforma Tributária e o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o Novo Modelo de Desenvolvimento Regional

Convidados:

- Rogério Gallo, secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso - Representante de André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda (COMSEFAZ);
- Mário Sérgio Carraro Telles, superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);
- José Alves Filho, presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil);
- Tácio Lacerda Gama, professor livre-docente de Direito Tributária da PUC-SP;
- Roni Peterson Bernardino de Brito, assessor do Gabinete e auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), e colaborador da Secretaria Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda - representante de Bernard Appy, Secretário Extraordinária da Reforma Tributária; e
- Ana Carolina Brasil Vasques, presidente do Mulheres no Tributário.

**CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

**PL 751/2022** - Acrescenta o art. 352-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar crime o dano a dispositivo de monitoração eletrônica. Item nº 3.

Explicação Geral: torna crime a destruição, inutilização o equipamento de monitoração eletrônica ou permitir que outro o faça.

Explicação: torna crime a destruição, inutilização o equipamento de monitoração eletrônica ou permitir que outro o faça.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Margareth Buseti (PSD/MT)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00**

**Reunião - Tema:** Deliberação de requerimentos / Depoimentos

**CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 14h30**

**Oitivas - Tema:** Oitivas do Economista-chefe da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e do Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamento do Banco Central do Brasil

**CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 15h00**

**Reunião - Tema:** Evento preparatório da delegação brasileira que irá ao Mobile World Congress 2025.

### **Quarta-feira (27/11)**

---

**CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30**

**PL 2628/2022** - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Item nº 1.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00**

**PL 953/2021** - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Item nº 1.

Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

**PL 133/2022** - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX. Item nº 2.

Explicação: determina que, em casos de indícios de crimes patrimoniais através do PIX, deverá ser identificadas as instituições financeiras e/ou de pagamento envolvidas no fato, para que forneçam as informações cadastrais do usuário recebedor e demais informações necessárias à elucidação do crime; determinar o bloqueio dos valores e comunicar o bloqueio extrajudicial, no prazo máximo de 24 horas, ao juízo criminal competente.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Jorge Kajuru (PSB/GO)

**Parecer:** Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

**PL 2891/2020** - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal. Item nº 4.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Jorge Seif (PL/SC)

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.



**CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 10h00**

**PL 233/2022** - Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País. Item nº 1.

Explicação: a medida busca, entre outros: a) definir como beneficiário final de pessoas jurídicas a pessoa natural que, em última instância, possui, controla ou influencia uma entidade – controle que é definido como possuir ao menos 15% do capital ou do direito de voto naquela entidade, aquele em cujo nome uma transação é conduzida ou aquele que detém ou exerce preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou remover a maioria dos administradores da entidade; b) fixar como responsáveis pela coleta de dados sobre beneficiário final a Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das Juntas Comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital (SGD); c) sujeitar às obrigações relacionadas à transparência do beneficiário final todas as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações sujeitas ao direito brasileiro ou estrangeiro que exerçam atividade ou pratiquem atos e negócios jurídicos em território nacional, assim como os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil; e) prever que informações sobre os beneficiários finais de cada pessoa jurídica devem ser fornecidas com determinada periodicidade e detalhes suficientes para permitir a identificação precisa destes; f) aprimorar os sistemas de preenchimento do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de pessoas jurídicas, bem como a publicização de informações públicas contidas no QSA devem ser publicadas em formato aberto, estruturado e acessível a todos.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Humberto Costa (PT/PE)

**Parecer:** Pela aprovação com emendas

**CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00**

**PL 5451/2019** - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos. Item nº 3.

Autor: Zequinha Marinho (PODE/PA)

Relator: Vanderlan (PSD/GO)

**Parecer:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

**CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00**

**REQ 64/2024** - Requer a realização da Audiência Pública sobre "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos" Item nº 12.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

**CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h00**

**PL 2481/2022** - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo). Item nº 1.

Explicação: Na proposta de revisão da Lei do processo administrativo federal, dentre outras disposições, há a inclusão de artigo com o seguinte texto: "Art. 68-F. No âmbito dos processos administrativos e desde que haja concordância dos interessados, a Administração poderá se utilizar da mediação, da negociação, do comitê de resolução de disputas e da arbitragem, observada a legislação específica"

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pendente

**PL 2483/2022** - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências. Item nº 2.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pendente

**PL 2488/2022** - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)  
Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)  
**Parecer:** Pendente

**CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS** / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h30

**Oitivas - Tema:** Oitivas do Presidente do Esporte Clube Nova Cidade-RJ; do Presidente da Sociedade Esportiva Belford Roxo-RJ; e de Bruno Lopez de Moura

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

**Audiência Pública - Tema:** Normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS.

Convidados:

- Ministro Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Rodrigo Keidel Spada, presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE);
- Célio Fernando, presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM);
- Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ);
- Marcelo Rocha dos Santos, presidente do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP);
- Mary Elbe Queiroz, presidente do Centro Nacional para Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (CENAPRET);
- Adriana Gomes Rêgo, secretária especial adjunta da Receita Federal do Brasil;
- Lucas Carezzato Ayres, consultor do Movimento Brasil Competitivo (MBC);
- Márcio Schuch, representante da ECGuaiba Contabilidade; e
- Francine Fachinello, presidente do Mulheres no Tributário.